



## ATA DA 15ª SESSÃO, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2023

### SESSÃO ORDINÁRIA

PRESIDENTE - DESEMBARGADOR CORNÉLIO ALVES

No dia quinze do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às 14h, reuniu-se o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, sob a Presidência do Desembargador Cornélio Alves de Azevedo Neto. Presentes o Excelentíssimo Desembargador Expedito Ferreira de Souza e os Excelentíssimos Juízes José Carlos Dantas Teixeira de Souza, Maria Neíze Andrade Fernandes, Ticiania Maria Delgado Nobre, Daniel Cabral Mariz Maia e Fernando de Araújo Jales Costa. Presente, também, o Doutor Gilberto Barroso de Carvalho Junior, Procurador Regional Eleitoral. Havendo número legal, o Desembargador Presidente declarou aberta a Sessão. Foi lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. Ausente, justificadamente, a Juíza Adriana Cavalcanti Magalhães Faustino Ferreira. **ORDEM ADMINISTRATIVA** - **Indicações, proposições e comunicações:** o **Desembargador Cornélio Alves propôs** moção de parabéns aos Desembargadores Saraiva Sobrinho (20.02) e Expedito Ferreira (24.02), bem como à Juíza Maria Neíze (25.02) pelas passagens dos aniversários dos respectivos natalícios. **O Tribunal, à unanimidade, com a associação do Procurador Regional Eleitoral, aprovou as proposições, determinando o envio de comunicado aos homenageados.** O **Desembargador Expedito Ferreira e a Juíza Maria Neíze agradeceram** as deferências. **JULGAMENTOS** - **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO(A) PCE Nº 0601427-50.2022.6.20.0000.** PROTOCOLO: 12273. ORIGEM: NATAL-RN. **RELATOR ORIGINAL: EXPEDITO FERREIRA.** RESUMO: Prestação de Contas - De Candidato. Cargo - Deputado Federal. EMBARGANTE: ELIESER GIRAO MONTEIRO FILHO DEPUTADO FEDERAL e ELIESER GIRAO MONTEIRO FILHO. **Impedido/Suspeito o Juiz TICIANA NOBRE.** **DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte,**

por unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do relator, parte integrante desta decisão. A Juíza Ticiano Nobre consignou seu impedimento para atuar no feito. Anotações e comunicações. **RECURSO CRIMINAL ELEITORAL Nº 0600005-89.2019.6.20.0050.** PROTOCOLO: 10620. ORIGEM: PARNAMIRIM-RN. **RELATOR ORIGINAL: JUIZ FEDERAL JOSÉ CARLOS.** RESUMO: Corrupção Eleitoral. Cargo - Prefeito. Cargo - Vereador. RECORRENTE: MINISTERIO PUBLICO ELEITORAL. RECORRIDO: ROSANO TAVEIRA da CUNHA e ROGERIO CESAR SANTIAGO. **DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por unanimidade de votos, em consonância com a manifestação da Procuradoria Regional Eleitoral, em julgar prejudicadas a inépcia da inicial e a ausência de justa causa, suscitadas por Rosano Taveira da Cunha em sede de contrarrazões; no mérito, em conhecer e desprover o recurso criminal interposto pelo Ministério Público Eleitoral em atuação na primeira instância, com a manutenção da sentença prolatada pelo Juízo da 50ª Zona Eleitoral, nos termos do voto do relator, parte integrante desta decisão. Anotações e comunicações. RECURSO ELEITORAL Nº 0600465-08.2020.6.20.0029.** PROTOCOLO: 12039. ORIGEM: AÇU-RN. **RELATOR ORIGINAL: EXPEDITO FERREIRA.** RESUMO: Captação Ilícita de Sufrágio. Abuso - De Poder Econômico. Abuso - De Poder Político/Autoridade. Cargo - Prefeito. Cargo - Vereador. Cargo - Vice-Prefeito. RECORRENTE: IVAN LOPES JUNIOR e COLIGAÇÃO UNIÃO pelo ASSÚ (PRTB / PSL / REPUBLICANOS / PSD / PP / CIDADANIA / MDB). RECORRIDO: ROMILDO de QUEIROZ MINERVINO, GUSTAVO MONTENEGRO SOARES e FRANCISCO de ASSIS SOUTO. RECORRIDA: FABIELLE CRISTINA de AZEVEDO BEZERRA. **Impedidos/Suspeitos os Juízes FERNANDO JALES, FERNANDO JALES e FERNANDO JALES. DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por unanimidade, em extinguir o feito sem resolução do mérito, no pertinente a Rennan Alves Monteiro e Francisco de Assis Albano Bezerra, por ilegitimidade passiva ad causam, impondo-se, em consequência, a reforma da sentença que lhe condenou ao pagamento de multa, restando prejudicada a análise meritória do recurso por si interposto; em rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso interposto por Ivan Lopes Júnior e pela Coligação União pelo Assu, a qual foi suscitada por Romildo de Queiroz Minervino e Adriana Carla de Moura; em não acolher a prejudicial de mérito suscitada por Gustavo Montenegro Soares e Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra de nulidade do procedimento ministerial PIC**

33.23.2041.0000011/2020-06, da Notícia de Fato 02.23.2372.0000556/2020-59, do PIC 02.23.2372.0000575/2020-86, do PPE 18.23.2372.0000600/2020-54 e das medidas judiciais cautelares de natureza criminal 0600468-60.2020.6.20.0029, 0600470-30.2020.6.20.0029 e 0600469-45.2020.6.20.0029; em rejeitar as prejudiciais de mérito suscitadas por Gustavo Montenegro Soares, Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra e Rennan Alves Monteiro de cerceamento de defesa; no mérito, em consonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e desprover o apelo interposto por Ivan Lopes Júnior e pela Coligação União pelo Assu, e, quanto ao recurso manejado por Gustavo Montenegro Soares e Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra, por maioria de votos, restando vencidos os Juízes José Carlos e Ticiane Nobre, bem como o Desembargador Cornélio Alves, em dissonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e prover para, reformando a sentença, julgar improcedentes as pretensões contra si deduzidas nos RELs 0600471-15.2020, 0600477-22.2020 e 0600479-89.2020 e, por conseguinte, absolver os nominados recorrentes das sanções que lhes foram impostas, nos termos do voto do relator e das notas orais, partes integrantes desta decisão. O Juiz Fernando Jales consignou a sua suspeição para atuar no feito, sendo substituído pelo Juiz Marcello Rocha. Anotações e comunicações. RECURSO ELEITORAL Nº 0600468-60.2020.6.20.0029. PROTOCOLO: 12120. ORIGEM: AÇU-RN. RELATOR ORIGINAL: EXPEDITO FERREIRA. RESUMO: Cautelar Inominada - Preparatória. Captação Ilícita de Sufrágio. RECORRENTE: MINISTERIO PUBLICO ELEITORAL. RECORRIDO: ARISSON dos SANTOS. Impedidos/Suspeitos os Juízes FERNANDO JALES, FERNANDO JALES e FERNANDO JALES. DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por unanimidade, em extinguir o feito sem resolução do mérito, no pertinente a Rennan Alves Monteiro e Francisco de Assis Albano Bezerra, por ilegitimidade passiva ad causam, impondo-se, em consequência, a reforma da sentença que lhe condenou ao pagamento de multa, restando prejudicada a análise meritória do recurso por si interposto; em rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso interposto por Ivan Lopes Júnior e pela Coligação União pelo Assu, a qual foi suscitada por Romildo de Queiroz Minervino e Adriana Carla de Moura; em não acolher a prejudicial de mérito suscitada por Gustavo Montenegro Soares e Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra de nulidade do procedimento ministerial PIC 33.23.2041.0000011/2020-06, da Notícia de Fato 02.23.2372.0000556/2020-59, do PIC 02.23.2372.0000575/2020-86, do PPE 18.23.2372.0000600/2020-54 e das medidas judiciais cautelares de natureza criminal

0600468-60.2020.6.20.0029, 0600470-30.2020.6.20.0029 e 0600469-45.2020.6.20.0029; em rejeitar as prejudiciais de mérito suscitadas por Gustavo Montenegro Soares, Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra e Rennan Alves Monteiro de cerceamento de defesa; no mérito, em consonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e desprover o apelo interposto por Ivan Lopes Júnior e pela Coligação União pelo Assu, e, quanto ao recurso manejado por Gustavo Montenegro Soares e Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra, por maioria de votos, restando vencidos os Juízes José Carlos e Ticiania Nobre, bem como o Desembargador Cornélio Alves, em dissonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e prover para, reformando a sentença, julgar improcedentes as pretensões contra si deduzidas nos RELs 0600471-15.2020, 0600477-22.2020 e 0600479-89.2020 e, por conseguinte, absolver os nominados recorrentes das sanções que lhes foram impostas, nos termos do voto do relator e das notas orais, partes integrantes desta decisão. O Juiz Fernando Jales consignou a sua suspeição para atuar no feito, sendo substituído pelo Juiz Marcello Rocha. Anotações e comunicações. **RECURSO ELEITORAL Nº 0600469-45.2020.6.20.0029.** PROTOCOLO: 12118. ORIGEM: AÇU-RN. **RELATOR ORIGINAL: EXPEDITO FERREIRA.** RESUMO: Cautelar Inominada - De Busca e Apreensão. Captação Ilícita de Sufrágio. RECORRENTE: MINISTERIO PÚBLICO ELEITORAL do RIO GRANDE do NORTE. RECORRIDO: RENNAN ALVES MONTEIRO. Impedidos/Suspeitos os Juízes FERNANDO JALES, FERNANDO JALES e FERNANDO JALES. **DECISÃO: ACORDAM** os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por unanimidade, em extinguir o feito sem resolução do mérito, no pertinente a Rennan Alves Monteiro e Francisco de Assis Albano Bezerra, por ilegitimidade passiva ad causam, impondo-se, em consequência, a reforma da sentença que lhe condenou ao pagamento de multa, restando prejudicada a análise meritória do recurso por si interposto; em rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso interposto por Ivan Lopes Júnior e pela Coligação União pelo Assu, a qual foi suscitada por Romildo de Queiroz Minervino e Adriana Carla de Moura; em não acolher a prejudicial de mérito suscitada por Gustavo Montenegro Soares e Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra de nulidade do procedimento ministerial PIC 33.23.2041.0000011/2020-06, da Notícia de Fato 02.23.2372.0000556/2020-59, do PIC 02.23.2372.0000575/2020-86, do PPE 18.23.2372.0000600/2020-54 e das medidas judiciais cautelares de natureza criminal 0600468-60.2020.6.20.0029, 0600470-30.2020.6.20.0029 e 0600469-45.2020.6.20.0029; em rejeitar as prejudiciais de mérito suscitadas por Gustavo

Montenegro Soares, Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra e Rennan Alves Monteiro de cerceamento de defesa; no mérito, em consonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e desprover o apelo interposto por Ivan Lopes Júnior e pela Coligação União pelo Assu, e, quanto ao recurso manejado por Gustavo Montenegro Soares e Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra, por maioria de votos, restando vencidos os Juízes José Carlos e Ticiane Nobre, bem como o Desembargador Cornélio Alves, em dissonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e prover para, reformando a sentença, julgar improcedentes as pretensões contra si deduzidas nos RELs 0600471-15.2020, 0600477-22.2020 e 0600479-89.2020 e, por conseguinte, absolver os nominados recorrentes das sanções que lhes foram impostas, nos termos do voto do relator e das notas orais, partes integrantes desta decisão. O Juiz Fernando Jales consignou a sua suspeição para atuar no feito, sendo substituído pelo Juiz Marcello Rocha. Anotações e comunicações. RECURSO ELEITORAL Nº 0600470-30.2020.6.20.0029. PROTOCOLO: 12117. ORIGEM: AÇU-RN. RELATOR ORIGINAL: EXPEDITO FERREIRA. RESUMO: Cautelar Inominada - De Busca e Apreensão. Captação Ilícita de Sufrágio. Cargo - Prefeito. Cargo - Vice-Prefeito. RECORRENTE: MINISTERIO PUBLICO ELEITORAL. RECORRIDO: ROMILDO de QUEIROZ MINERVINO, ADRIANA CARLA de MOURA e ARISSON dos SANTOS. Impedidos/Suspeitos os Juízes FERNANDO JALES, FERNANDO JALES e FERNANDO JALES. DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por unanimidade, em extinguir o feito sem resolução do mérito, no pertinente a Rennan Alves Monteiro e Francisco de Assis Albano Bezerra, por ilegitimidade passiva ad causam, impondo-se, em consequência, a reforma da sentença que lhe condenou ao pagamento de multa, restando prejudicada a análise meritória do recurso por si interposto; em rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso interposto por Ivan Lopes Júnior e pela Coligação União pelo Assu, a qual foi suscitada por Romildo de Queiroz Minervino e Adriana Carla de Moura; em não acolher a prejudicial de mérito suscitada por Gustavo Montenegro Soares e Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra de nulidade do procedimento ministerial PIC 33.23.2041.0000011/2020-06, da Notícia de Fato 02.23.2372.0000556/2020-59, do PIC 02.23.2372.0000575/2020-86, do PPE 18.23.2372.0000600/2020-54 e das medidas judiciais cautelares de natureza criminal 0600468-60.2020.6.20.0029, 0600470-30.2020.6.20.0029 e 0600469-45.2020.6.20.0029; em rejeitar as prejudiciais de mérito suscitadas por Gustavo Montenegro Soares, Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra e Rennan Alves Monteiro de

cerceamento de defesa; no mérito, em consonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e desprover o apelo interposto por Ivan Lopes Júnior e pela Coligação União pelo Assu, e, quanto ao recurso manejado por Gustavo Montenegro Soares e Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra, por maioria de votos, restando vencidos os Juízes José Carlos e Ticiane Nobre, bem como o Desembargador Cornélio Alves, em dissonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e prover para, reformando a sentença, julgar improcedentes as pretensões contra si deduzidas nos RELs 0600471-15.2020, 0600477-22.2020 e 0600479-89.2020 e, por conseguinte, absolver os nominados recorrentes das sanções que lhes foram impostas, nos termos do voto do relator e das notas orais, partes integrantes desta decisão. O Juiz Fernando Jales consignou a sua suspeição para atuar no feito, sendo substituído pelo Juiz Marcello Rocha. Anotações e comunicações. **RECURSO ELEITORAL Nº 0600477-22.2020.6.20.0029. PROTOCOLO: 12037. ORIGEM: AÇU-RN. RELATOR ORIGINAL: EXPEDITO FERREIRA. RESUMO:** Captação Ilícita de Sufrágio. Abuso - De Poder Político/Autoridade. Cargo - Prefeito. Cargo - Vereador. Cargo - Vice-Prefeito. **RECORRENTE:** FABIELLE CRISTINA de AZEVEDO BEZERRA, GUSTAVO MONTENEGRO SOARES, RENNAN ALVES MONTEIRO, IVAN LOPES JUNIOR e COLIGAÇÃO UNIÃO pelo ASSÚ (PRTB / PSL / REPUBLICANOS / PSD / PP / CIDADANIA / MDB). **RECORRIDO:** GUSTAVO MONTENEGRO SOARES, FABIELLE CRISTINA de AZEVEDO BEZERRA, ROMILDO de QUEIROZ MINERVINO, FRANCISCO de ASSIS SOUTO e MINISTERIO PUBLICO ELEITORAL. **Impedidos/Suspeitos os Juízes FERNANDO JALES, FERNANDO JALES e FERNANDO JALES. DECISÃO:** ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por unanimidade, em extinguir o feito sem resolução do mérito, no pertinente a Rennan Alves Monteiro e Francisco de Assis Albano Bezerra, por ilegitimidade passiva ad causam, impondo-se, em consequência, a reforma da sentença que lhe condenou ao pagamento de multa, restando prejudicada a análise meritória do recurso por si interposto; em rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso interposto por Ivan Lopes Júnior e pela Coligação União pelo Assu, a qual foi suscitada por Romildo de Queiroz Minervino e Adriana Carla de Moura; em não acolher a prejudicial de mérito suscitada por Gustavo Montenegro Soares e Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra de nulidade do procedimento ministerial PIC 33.23.2041.0000011/2020-06, da Notícia de Fato 02.23.2372.0000556/2020-59, do PIC 02.23.2372.0000575/2020-86, do PPE 18.23.2372.0000600/2020-54 e das medidas judiciais

cautelares de natureza criminal 0600468-60.2020.6.20.0029, 0600470-30.2020.6.20.0029 e 0600469-45.2020.6.20.0029; em rejeitar as prejudiciais de mérito suscitadas por Gustavo Montenegro Soares, Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra e Rennan Alves Monteiro de cerceamento de defesa; no mérito, em consonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e desprover o apelo interposto por Ivan Lopes Júnior e pela Coligação União pelo Assu, e, quanto ao recurso manejado por Gustavo Montenegro Soares e Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra, por maioria de votos, restando vencidos os Juízes José Carlos e Ticiane Nobre, bem como o Desembargador Cornélio Alves, em dissonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e prover para, reformando a sentença, julgar improcedentes as pretensões contra si deduzidas nos RELs 0600471-15.2020, 0600477-22.2020 e 0600479-89.2020 e, por conseguinte, absolver os nominados recorrentes das sanções que lhes foram impostas, nos termos do voto do relator e das notas orais, partes integrantes desta decisão. O Juiz Fernando Jales consignou a sua suspeição para atuar no feito, sendo substituído pelo Juiz Marcello Rocha. Anotações e comunicações. **RECURSO ELEITORAL Nº 0600471-15.2020.6.20.0029**. PROTOCOLO: 12035. ORIGEM: AÇU-RN. **RELATOR ORIGINAL: EXPEDITO FERREIRA**. RESUMO: Captação Ilícita de Sufrágio. Abuso - De Poder Econômico. Abuso - De Poder Político/Autoridade. Cargo - Prefeito. Cargo - Vice-Prefeito. **RECORRENTE: IVAN LOPES JUNIOR, COLIGAÇÃO UNIÃO pelo ASSÚ (PRTB / PSL / REPUBLICANOS / PSD / PP / CIDADANIA / MDB), FABIELLE CRISTINA de AZEVEDO BEZERRA, GUSTAVO MONTENEGRO SOARES e RENNAN ALVES MONTEIRO**. **RECORRIDO: GUSTAVO MONTENEGRO SOARES, COLIGAÇÃO UNIÃO pelo ASSÚ (PRTB / PSL / REPUBLICANOS / PSD / PP / CIDADANIA / MDB) e IVAN LOPES JUNIOR**. **RECORRIDA: FABIELLE CRISTINA de AZEVEDO BEZERRA**. **Impedidos/Suspeitos os Juízes FERNANDO JALES, FERNANDO JALES e FERNANDO JALES**. **DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por unanimidade, em extinguir o feito sem resolução do mérito, no pertinente a Rennan Alves Monteiro e Francisco de Assis Albano Bezerra, por ilegitimidade passiva ad causam, impondo-se, em consequência, a reforma da sentença que lhe condenou ao pagamento de multa, restando prejudicada a análise meritória do recurso por si interposto; em rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso interposto por Ivan Lopes Júnior e pela Coligação União pelo Assu, a qual foi suscitada por Romildo de Queiroz Minervino e Adriana Carla de Moura; em não acolher a prejudicial de mérito suscitada por Gustavo**

Montenegro Soares e Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra de nulidade do procedimento ministerial PIC 33.23.2041.0000011/2020-06, da Notícia de Fato 02.23.2372.0000556/2020-59, do PIC 02.23.2372.0000575/2020-86, do PPE 18.23.2372.0000600/2020-54 e das medidas judiciais cautelares de natureza criminal 0600468-60.2020.6.20.0029, 0600470-30.2020.6.20.0029 e 0600469-45.2020.6.20.0029; em rejeitar as prejudiciais de mérito suscitadas por Gustavo Montenegro Soares, Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra e Rennan Alves Monteiro de cerceamento de defesa; no mérito, em consonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e desprover o apelo interposto por Ivan Lopes Júnior e pela Coligação União pelo Assu, e, quanto ao recurso manejado por Gustavo Montenegro Soares e Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra, por maioria de votos, restando vencidos os Juízes José Carlos e Ticiania Nobre, bem como o Desembargador Cornélio Alves, em dissonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e prover para, reformando a sentença, julgar improcedentes as pretensões contra si deduzidas nos RELs 0600471-15.2020, 0600477-22.2020 e 0600479-89.2020 e, por conseguinte, absolver os nominados recorrentes das sanções que lhes foram impostas, nos termos do voto do relator e das notas orais, partes integrantes desta decisão. O Juiz Fernando Jales consignou a sua suspeição para atuar no feito, sendo substituído pelo Juiz Marcello Rocha. Anotações e comunicações. **RECURSO ELEITORAL Nº 0600478-07.2020.6.20.0029.** PROTOCOLO: 12038. ORIGEM: AÇU-RN. **RELATOR ORIGINAL: EXPEDITO FERREIRA.** RESUMO: Captação Ilícita de Sufrágio. Abuso - De Poder Econômico. Cargo - Prefeito. Cargo - Vereador. Cargo - Vice-Prefeito. RECORRENTE: COLIGAÇÃO UNIÃO pelo ASSÚ (PRTB / PSL / REPUBLICANOS / PSD / PP / CIDADANIA / MDB) e IVAN LOPES JUNIOR. RECORRIDO: ROMILDO de QUEIROZ MINERVINO, GUSTAVO MONTENEGRO SOARES e FRANCISCO de ASSIS SOUTO. RECORRIDA: FABIELLE CRISTINA de AZEVEDO BEZERRA. Impedidos/Suspeitos os Juízes FERNANDO JALES, FERNANDO JALES e FERNANDO JALES. **DECISÃO: ACORDAM** os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por unanimidade, em extinguir o feito sem resolução do mérito, no pertinente a Rennan Alves Monteiro e Francisco de Assis Albano Bezerra, por ilegitimidade passiva ad causam, impondo-se, em consequência, a reforma da sentença que lhe condenou ao pagamento de multa, restando prejudicada a análise meritória do recurso por si interposto; em rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso interposto por Ivan Lopes Júnior e pela Coligação União pelo Assu, a qual foi



suscitada por Romildo de Queiroz Minervino e Adriana Carla de Moura; em não acolher a prejudicial de mérito suscitada por Gustavo Montenegro Soares e Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra de nulidade do procedimento ministerial PIC 33.23.2041.0000011/2020-06, da Notícia de Fato 02.23.2372.0000556/2020-59, do PIC 02.23.2372.0000575/2020-86, do PPE 18.23.2372.0000600/2020-54 e das medidas judiciais cautelares de natureza criminal 0600468-60.2020.6.20.0029, 0600470-30.2020.6.20.0029 e 0600469-45.2020.6.20.0029; em rejeitar as prejudiciais de mérito suscitadas por Gustavo Montenegro Soares, Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra e Rennan Alves Monteiro de cerceamento de defesa; no mérito, em consonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e desprover o apelo interposto por Ivan Lopes Júnior e pela Coligação União pelo Assu, e, quanto ao recurso manejado por Gustavo Montenegro Soares e Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra, por maioria de votos, restando vencidos os Juízes José Carlos e Ticiania Nobre, bem como o Desembargador Cornélio Alves, em dissonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e prover para, reformando a sentença, julgar improcedentes as pretensões contra si deduzidas nos RELs 0600471-15.2020, 0600477-22.2020 e 0600479-89.2020 e, por conseguinte, absolver os nominados recorrentes das sanções que lhes foram impostas, nos termos do voto do relator e das notas orais, partes integrantes desta decisão. O Juiz Fernando Jales consignou a sua suspeição para atuar no feito, sendo substituído pelo Juiz Marcello Rocha. Anotações e comunicações. **RECURSO ELEITORAL Nº 0600479-89.2020.6.20.0029**. PROTOCOLO: 12036. ORIGEM: AÇU-RN. **RELATOR ORIGINAL: EXPEDITO FERREIRA**. RESUMO: Abuso - De Poder Econômico. Abuso - De Poder Político/Autoridade. Captação Ilícita de Sufrágio. Cargo - Prefeito. Cargo - Vereador. Cargo - Vice-Prefeito. **RECORRENTE: COLIGAÇÃO UNIÃO pelo ASSÚ (PRTB / PSL / REPUBLICANOS / PSD / PP / CIDADANIA / MDB), GUSTAVO MONTENEGRO SOARES, FABIELLE CRISTINA de AZEVEDO BEZERRA, RENNAN ALVES MONTEIRO e IVAN LOPES JUNIOR**. **RECORRIDO: GUSTAVO MONTENEGRO SOARES e EURIMAR NOBREGA LEITE**. **RECORRIDA: FABIELLE CRISTINA de AZEVEDO BEZERRA e COLIGAÇÃO UNIÃO pelo ASSÚ (PRTB / PSL / REPUBLICANOS / PSD / PP / CIDADANIA / MDB)**. **Impedidos/Suspeitos os Juízes FERNANDO JALES, FERNANDO JALES e FERNANDO JALES**. **DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por unanimidade, em extinguir o feito sem resolução do mérito, no pertinente a Rennan Alves Monteiro e Francisco de Assis Albano Bezerra, por ilegitimidade passiva ad**

causam, impondo-se, em consequência, a reforma da sentença que lhe condenou ao pagamento de multa, restando prejudicada a análise meritória do recurso por si interposto; em rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso interposto por Ivan Lopes Júnior e pela Coligação União pelo Assu, a qual foi suscitada por Romildo de Queiroz Minervino e Adriana Carla de Moura; em não acolher a prejudicial de mérito suscitada por Gustavo Montenegro Soares e Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra de nulidade do procedimento ministerial PIC 33.23.2041.0000011/2020-06, da Notícia de Fato 02.23.2372.0000556/2020-59, do PIC 02.23.2372.0000575/2020-86, do PPE 18.23.2372.0000600/2020-54 e das medidas judiciais cautelares de natureza criminal 0600468-60.2020.6.20.0029, 0600470-30.2020.6.20.0029 e 0600469-45.2020.6.20.0029; em rejeitar as prejudiciais de mérito suscitadas por Gustavo Montenegro Soares, Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra e Rennan Alves Monteiro de cerceamento de defesa; no mérito, em consonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e desprover o apelo interposto por Ivan Lopes Júnior e pela Coligação União pelo Assu, e, quanto ao recurso manejado por Gustavo Montenegro Soares e Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra, por maioria de votos, restando vencidos os Juízes José Carlos e Ticiania Nobre, bem como o Desembargador Cornélio Alves, em dissonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e prover para, reformando a sentença, julgar improcedentes as pretensões contra si deduzidas nos RELs 0600471-15.2020, 0600477-22.2020 e 0600479-89.2020 e, por conseguinte, absolver os nominados recorrentes das sanções que lhes foram impostas, nos termos do voto do relator e das notas orais, partes integrantes desta decisão. O Juiz Fernando Jales consignou a sua suspeição para atuar no feito, sendo substituído pelo Juiz Marcello Rocha. Anotações e comunicações. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600044-03.2023.6.20.0000. PROTOCOLO: 12380. ORIGEM: PARNAMIRIM-RN. RELATOR ORIGINAL: CORNÉLIO ALVES. RESUMO: Requisição de Servidor. INTERESSADO: JUÍZO da 50ª ZONA ELEITORAL - PARNAMIRIM/RN. DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por unanimidade de votos, em harmonia com o parecer oral da Procuradoria Regional Eleitoral, em interromper o ato requisitório da servidora EDJANE GOMES DE LIMA, pertencente ao Quadro de Pessoal do Município de Lajes/RN, com efeitos a contar do dia 15/02/2023, nos termos do voto do Presidente, parte integrante desta decisão. Anotações e comunicações. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às dezessete horas e vinte minutos. Do que para constar eu, \_\_\_\_\_,

Secretário das Sessões Substituto (João Paulo de Araújo), lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

Desembargador Cornélio Alves de Azevedo Neto  
**Presidente**

Desembargador Expedito Ferreira de Souza  
**Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral**

Juiz José Carlos Dantas Teixeira de Souza

Juíza Maria Neíze Andrade Fernandes

Juíza Ticiania Maria Delgado Nobre

Juiz Daniel Cabral Mariz Maia  
**Substituto**

Juiz Fernando de Araújo Jales Costa

Dr. Gilberto Barroso de Carvalho Junior  
**Procurador Regional Eleitoral**